



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Escola do Poder Judiciário

EDITAL Nº 75/2024

PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

O Desembargador **Elcio Mendes**, Diretor da Escola do Poder Judiciário – ESJUD, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação pertinente, faz saber pelo presente Edital que as inscrições estarão abertas para o seminário "**Direito dos Povos Indígenas e Poder Judiciário**", conforme as regras determinadas a seguir.

1. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. **Seminário:** Direito dos Povos Indígenas e Poder Judiciário.

1.2. **Modalidade:** Presencial(Público alvo lotado no interior, poderá solicitar *link do google meet*).

1.3. **Carga horária:** 8 horas-aula.

1.4. **Realização:** Dia 27/02.

1.5. **Local de realização:** Palácio da Justiça.

1.6. **Inscrições:** De 19 a 26/02/2024.

1.7. **Objetivo:** Ao final do seminário, o(a) aluno(a) terá suas habilidades e competências desenvolvidas para adotar uma postura dialógica com as diferentes partes e interesses de indígenas envolvidos no processo, utilizando os referenciais teórico-empíricos, precedentes judiciais e legislação que auxiliem na fundamentação das decisões judiciais, fazendo dialogar o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Brasileiro.

1.8. Formadoras(es)

Clovis Lodi - Mestrando em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola do Poder Judiciário do Tocantins e a Escola do Poder Judiciário do Acre ESJUD. Pós-Graduação em nível de Especialização em MBA em Gestão Pública com Ênfase em Controle Externo pela Faculdade Internacional de Curitiba. Graduação em Direito pela Faculdade de Direito de São Carlos. Magistrado membro do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, desde o ano de 2009.

Daniel Gustavo Bomfim Araújo da Silva – Doutorando em Direito pela Universidade de Brasília. Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (2017). Magistrado. MBA em controle externo pelo Instituto Brasileiro de pós-graduação e extensão (2011). Especialista em Direito Público pela Universidade Federal do Amazonas (2003), graduado em Direito pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (2001). É formador da Escola Nacional de Formação de Magistrados, da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Acre e da Escola Nacional da Magistratura nas especialidades de Direitos Humanos; Hermenêutica e Argumentação Jurídica; Ética e Deontologia da Magistratura, Direitos Indígenas Direito Penal e Processo Penal. É professor da Universidade Estácio Unimeta. É Diretor de assuntos

legislativos da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB e Ex-Presidente da Associação dos Magistrados do Acre. Possui experiências nas áreas de pesquisa da relação entre o Direito e o acesso à justiça das Comunidades indígenas. Em sua pesquisa de Mestrado relacionou o uso do idioma Tradicional do Povo Huni Kui com a colonialidade do poder no direito e a violência epistêmica que se expressa na proibição de nomear-se. Atua na área: Direitos Humanos, Hermenêutica e Argumentação Jurídica. Ética e Deontologia da Magistratura. Direitos Indígenas. Autodeterminação dos povos indígenas. Direito Cultural, Direito Penal e Processual Penal. Possui Formação de Formadores Níveis 1 e 2 na área da docência da Enfam.

Fábio Francisco Esteves - Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UNB), doutorando em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), especializando em Direito Constitucional pela ABDCConst, juiz de direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), atualmente exercendo o cargo de juiz instrutor do Gabinete do Ministro Edson Fachin, no Supremo Tribunal Federal (STF), professor de Direito Constitucional e de Direito Administrativo da Escola da Magistratura do Distrito Federal, vice-presidente licenciado da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), co-fundador do Encontro Nacional de Juizes e Juizas Negros - ENAJUN e do Fórum Nacional de Juizas e Juizes contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação - FONAJURD, co-criador do Projeto Falando Direito para educação em cidadania, Presidente da Comissão Multidisciplinar de Inclusão do TJDFT, membro da Comissão de Juristas da Câmara dos Deputados para reviso da legislação antirracista, foi Presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (AMAGIS-DF), nos biênios de 2016-2018 e 2018-2020.

Francisca Arara - Assessora Especial Indígena. É licenciada em pedagogia em ciências da natureza pela Universidade Federal do Acre (Ufac) no Campus Floresta, em Cruzeiro do Sul. Foi presidente da Organização dos Professores Indígenas do Acre (Opia) entre 2005 a 2019. Foi assessora Política da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (Amaaiac). Já atuou no Instituto de Mudanças Climáticas (IMC) e ajudou na retomada da Câmara Temática Indígena (CTI), importante instância de governança dentro da Comissão de Validação e Acompanhamento (Ceva), do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA). A liderança também atuou no Grupo de Trabalho Técnico de Salvaguarda na Comissão Nacional para REDD+ e foi membra titular do Projeto Florestas+, ambos do Ministério de Meio Ambiente (MMA).

Lucas Costa Almeida Dias: Graduado em Direito (2013) e Especialista em Direito Público (2015). Procurador da República no Ministério Público Federal no Acre, coordenador do Grupo de Trabalho LGBTQIA+ da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Representante do MPF no Conselho Nacional de Direitos LGBTQIA+ vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Marcos de Almeida Matos - Possui graduação em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2018). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Acre. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria antropológica, etnologia e história na Amazônia Ocidental, organização e parentesco.

Nedina Luiza Alves Yawanawa - Curso de Inglês - Intercâmbio de línguas pela EF International Language School -CA/USA, 1998; Experiência no ensino de Língua Portuguesa como professora temporária desde o ano de 2005 pela Secretaria de Estado de Educação do Acre; Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Acre (2011); Atualmente é professora efetiva - Secretaria Estadual de Educação e Esporte desde 2014; Pós-graduação em Gestão Escolar e Coordenação pedagógica, 2017; Experiência como professora de Língua Portuguesa na Escola de Ensino Médio Djalma da Cunha Batista, 2015 a 2017; Experiência em Coordenação pedagógica, na Escola de Ensino Médio Djalma da Cunha Batista 2016 a 2017. Experiência em Coordenação de Ensino na Escola de Ensino Médio João Ribeiro, 2018 a 2020; Experiência como Assessora Pedagógica no Departamento de Educação Indígena do Acre, 2020.

Soleane de Souza Brasil Manchineri - Historiadora Indígena e Mestre pela Universidade Federal do Acre. Ouvidora-Geral na Defensoria Pública do Estado do Acre.

2. DO PÚBLICO-ALVO

2.1. Público-Alvo:

Prioritário: Magistrados(as) e Assessores(as) do Poder Judiciário do Acre.

Remanescente: Operadores do Direito.

2.2. **Número de Vagas:** 50.

3. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1. No período de 19 a 26 de fevereiro 2024 estarão abertas as inscrições para o **Seminário Direito dos Povos Indígenas e Poder Judiciário**.
- 3.2. A inscrição será realizada no Sistema EmeronWeb, diretamente no *link* <https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml>.
- 3.3. Para receber a confirmação da inscrição, o(a) participante deverá informar um número de *WhatsApp* no momento da inscrição no Sistema EmeronWeb.
- 3.4. A Gerência da Administração de Ensino – GEADE fará o controle de frequência dos(as) alunos(as) mediante registro de presença no próprio sistema.
- 3.5. Ao final da ação educacional, a Gerência da Administração de Ensino – GEADE fará os devidos registros no Sistema para a certificação do(a) aluno(a).

4. EMENTA

Introdução ao Direito Indígena. Território e Autodeterminação Indígena. Direitos Individuais e Coletivos. Justiça Indígena e Mecanismos de Solução de Conflitos. Proteção e Promoção dos Direitos Indígenas. Políticas Públicas e Desafios Contemporâneos.

5. DA AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

- 5.1. Terá direito ao certificado de participação no curso o(a) aluno(a) que obtiver a carga horária de 75% (Setenta e cinco por cento).
- 5.2. Depois de cumpridas as exigências do subitem 5.1, o(a) concludente obterá o certificado no Sistema EmeronWeb, na área do(a) aluno(a), acessando o *link* <https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml>.
- 5.3. Para efeito de certificação serão considerados(as) os(as) participantes que efetuarem o cadastro e inscrição no Sistema EmeronWeb e obtiverem frequência mínima descrita no item 5.1.

6. DA METODOLOGIA

6.1. Atividade com a interação entre expositores e discentes, ministrada com o efetivo envolvimento do(a) aluno(a) nas dimensões física, mental e emocional, privilegiando a sua participação na formação do conhecimento e horizontalizando o processo de estudo e aprendizado. Será possível manifestação do discente durante toda a ação de capacitação. Serão utilizados os seguintes recursos: aula expositiva dialógica e participativa; uso de metodologias ativas, dentre as quais, a apresentação pelo(a) aluno(a) de um relato de uma experiência real ou simulada; utilização de outros recursos visuais, a exemplo de aplicativos de quadros virtuais colaborativos, vídeos, objetos para as respectivas dinâmicas.

Data	Atividade	Formador	Local
	8h – Boas Vindas		Palácio da Justiça

Manhã	8h – Abertura do Curso <ul style="list-style-type: none"> • Formação da Mesa; • Hino Acreano; • Presidência; • Vice-presidência; • Corregedoria; • ESJUD; • Desembargadores; • Autoridades. 	Cerimonial
	9h - Direito dos Povos Indígenas e Poder Judiciário	Dr. Danniel Gustavo Bomfim Araújo da Silva – Juiz de Direito
	9h30min - Coffee Break	
	9h45min: PaineI I: Controle de convencionalidade - direito internacional indígena	Fabio Francisco Esteves – Juiz Auxiliar do STF
	10h30min: PaineI II: História e realidade dos povos indígenas do Acre	Francisca Arara Secretária dos povos indígenas
	11h30min: PaineI III: Resolução dos Conflitos interno pelas comunidades indígenas. Segurança pública nas aldeias (facção estão chegando nas aldeias, violência contra as mulheres indígenas, invasões em terras indígenas)	Soleane Manchineri -Ouvidora DPE
Tarde	14h – PaineI IV – Direito dos Povos Indígenas na perspectiva do Poder Judiciário.	Dr. Lucas Costa Almeida Dias - Procurador da República/MPF
	15h - Debate	
	15h30min – PaineI V: Povos Indígenas e Olhar antropológico: laudo antropológico nos processos que envolvem indígenas	Marcos Matos -Professor da UFAC
	16h30min – Mesa Redonda com Lideranças Indígenas	Dr. Clovis Lodi / Nedina Yawanawa -Secretária dos Povos Indígenas

7. DA ESTIMATIVA DE GASTOS PARA A REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO

7.1. O curso está orçado em R\$ 2.308,00 (dois mil e trezentos e oito reais).

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O cancelamento de inscrição poderá ser feito pelo participante até 48 (quarenta e oito) horas antes da data do início da ação educacional, mediante envio dessa solicitação ao *e-mail* da Gerência de Administração de Ensino – GEADE: geade@tjac.jus.br.

8.2. A Gerência de Administração de Ensino - GEADE será responsável pelo monitoramento da frequência do(a) aluno(a).

8.3. Eventuais omissões verificadas neste Edital serão sanadas pela Direção da Escola do Poder Judiciário do Acre – ESJUD.

Cronograma

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ETAPA
19 de fevereiro de 2024	8h	https://esjud.tjac.jus.br	Publicação do Edital.
De 19 a 26 fevereiro 2024	—	https://esjud.tjac.jus.br https://ava.tjac.jus.br/ead/login/index.php	Período de divulgação e inscrições.
27/02/2024 8h às 12h e 14h à 18h	Presencial	Palácio da Justiça	Seminário: Direito dos Povos Indígenas e Poder Judiciário.



Documento assinado eletronicamente por **Elcio Sabo Mendes Junior, Diretor da ESJUD**, em 16/02/2024, às 12:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **1700350** e o código CRC **503215DB**.

